

Mortes sem trégua, omissão e subnotificação de acidentes, terceirização...

Exigimos urgente uma nova política de SMS

Os freqüentes acidentes de trabalho na Petrobrás - muitos deles fatais, como a queda de mais um helicóptero no Amazonas no dia 31 - por sí só já dizem tudo. A empresa precisa alterar urgentemente o seu programa de segurança, cuja concepção continua baseada no enfoque comportamental. Uma política equivocada, que não prioriza o trabalhador e tampouco as questões estruturais diretamente relacionadas à segurança no trabalho, como é o caso do efetivo e da terceirização. Os acidentes na Petrobrás continuarão ocorrendo enquanto tivermos condições diferenciadas de trabalho sendo praticadas na empresa, atividades operacionais e de manutenção terceirizadas, sobrecarga de trabalho, multifunção e trabalhadores sem treinamento adequado.

Em abril (provavelmente nos dias 12 e 13), a FUP e os sindicatos participarão junto com as gerências da Petrobrás de um seminário nacional que irá apontar propostas de mudanças no programa de segurança da empresa e nas demais políticas de SMS. Os trabalhadores, que ano após ano cobram mudanças profundas nesta área, pela primeira vez estarão envolvidos de forma ativa na discussão.

Ocorrências - Em 2003, segundo dados apresentados

pela Petrobrás à Comissão de SMS, 19 trabalhadores foram vítimas de acidentes fatais (cinco deles em áreas internacionais) e 511 sofreram acidentes com afastamento. A FUP cobrou que a empresa apresente na próxima reunião as ocorrências de acidentes sem afastamento, incidentes e os chamados desvios (condições inseguras que são a base da pirâmide de acidentes). A Federação também requisitou

estatísticas relacionadas aos atendimentos médicos nos locais de trabalho.

Metas x notificações - A Federação e os sindicatos têm freqüentemente denunciado as distorções geradas pela utilização dos indicadores de acidentes nos GDPs e nos programas de metas setoriais da companhia e das prestadoras de serviço. Uma política que discordamos, pois, além de maquiar a ocorrência de acidentes, ainda penaliza o trabalhador. Quantos e quantos casos sabemos de colegas que, mesmo acidentados, são pressionados a continuar trabalhando para que as metas não sejam quebradas?

A Petrobrás precisa coibir duramente este tipo de procedimento. As notificações são um dos principais instrumentos que dispomos para elaboração de uma política adequada de segurança no trabalho e de prevenção de novos acidentes.

Dutra cobra responsabilidade

A FUP participou do terceiro encontro nacional da Petrobrás com as empresas contratadas, no dia 29/01. O presidente José Eduardo Dutra, que abriu e encerrou o evento, fez questão de frisar que "a responsabilidade social e ambiental é condição que a Petrobrás não abre mão nem para si, nem para seus contratados". Esperamos que os dirigentes da empresa estejam em sintonia com o presidente e se mostrem de fato comprometidos a mudar a política de SMS.

Comissão discute subnotificação de acidentes

No dia 29 de janeiro, durante a reunião da Comissão de SMS, a FUP voltou a denunciar e a exigir providências em relação às irregularidades na emissão de CATs e à subnotificação de acidentes, principalmente no que diz respeito às empresas prestadoras de serviço. A Petrobrás informou que este tipo de ocorrência vai contra à orientação da direção da companhia, que, inclusive, já rescindiu contratos com empresas que estavam omitindo os acidentes. Daí a importância dos trabalhadores continuarem denunciando as subnotificações.

Quanto à emissão de CATs, é bom lembrar que a Petrobrás e as demais empresas devem comunicar o acidente de trabalho, havendo ou não afastamento. A obrigatoriedade da emissão de CAT, mesmo em casos que não há afastamento do trabalhador, consta da Instrução Normativa 98, publicada pelo INSS em 10/12/2003.

A FUP também cobrou que a Petrobrás implemente as alterações ocorridas na legislação trabalhista em relação à aposentadoria especial.

Leia mais no verso...

Saiba mais...

(continuação da matéria da frente)

APOSENTADORIA ESPECIAL - A Instrução Normativa nº 99, editada pelo Ministério da Previdência em 05/12/03, determina que o INSS volte a admitir a conversão do tempo de trabalho sob condições especiais em comum para fins de aposentadoria por tempo de contribuição. Fica assegurado o fator 1,4 a qualquer tempo que o trabalhador queira fazê-lo, de qualquer período que for considerado especial. O nível de ruído que passa a valer é o estipulado pela NR-15: 85 decibéis. Acima disso, o ambiente é considerado sujeito à aposentadoria especial. Em relação aos agentes químicos, valem as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho. De acordo com a NR-15, a valiação do hidrocarboneto é qualitativa e não quantitativa, como muitas vezes a Petrobrás tenta impor. Os laudos devem, portanto, descrever que tipos de hidrocarbonetos estão presentes no ambiente de trabalho. A Instrução Normativa nº 99 alterou também a interpretação do que é considerado habitual e permanente. As condições especiais passam a ser determinadas pela natureza do trabalho e não pelo tempo de exposição ao agente agressor.

COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE - A Lei 8.213/91 determina em seu artigo 22 que todo acidente de trabalho ou doença profissional deve ser comunicado pela empresa ao INSS, sob pena de multa em caso de omissão. A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), inicialmente prevista pela Lei 5.316/67, já sofreu várias alterações. Atualmente, o que vale é a Lei 9.032/95, regulamentada pelo Decreto 2.172/97, que determina que a empresa comunique o acidente de trabalho, ocorrido com seu empregado, havendo ou não afastamento do trabalho, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato à autoridade competente, sob pena de multa. A Instrução Normativa nº 98, publicada pelo INSS em 10/12/03 determina a obrigatoriedade da CAT ainda durante a fase de investigação diagnóstica, mesmo que não tenha ocorrido afastamento do trabalhador. A CAT passa também a ser considerada um documento com fins epidemiológicos, proporcionando ao INSS maior reconhecimento em relação às doenças ocupacionais.

Três acidentes aéreos em 6 meses. Fatalidades?

Dois meses após o acidente fatal com um helicóptero da Helisul no Amazonas, outra aeronave da empresa caiu na mesma região, matando mais um trabalhador. O acidente foi no dia 31 de janeiro, quando o helicóptero PT-YEF caiu próximo à base de Passarinho, em Coari, matando o piloto Sérgio Augusto dos Santos.

Assim como no acidente anterior, há suspeitas de que a queda do helicóptero possa estar relacionada a falhas na manutenção da aeronave. A comissão de investigação da Petrobrás, composta por um representante do Sindipetro-PA e da FUP, aponta necessidade de revisão das práticas de contratação, gerenciamento e fiscalização de contratos de helicópteros para operações sísmicas. O relatório final recomenda apri-

morar a atuação dos Grupos de Segurança de Vôo, aumentando o efetivo e o treinamento do pessoal, com foco, principalmente, na prevenção de acidentes. A Petrobrás aguarda a conclusão da investigação da Comissão do Departamento de Aviação Civil.

Este foi o terceiro acidente fatal ocorrido nos últimos seis meses com aeronaves a serviço da Petrobrás. Em novembro (13/11/03), outro helicóptero da Helisul caiu na mesma região, matando um geofísico da Petrobrás e um topógrafo da empresa de sondagem SDR. O piloto da aeronave e outros três trabalhadores da SDR ficaram feridos no acidente.

Em julho passado, a queda de um helicóptero da BHS, na Bacia de Campos, resultou na morte de três petroleiros, do piloto e do co-piloto.

FIQUE DE OLHO

Terceirização em debate

Nos próximos dias 03 e 04 de março, a FUP e os sindicatos irão discutir propostas de mudanças na política de contratação da Petrobrás, além de questões relacionadas à primeirização. O debate terá participação das assessorias da FUP e será preparatório para o seminário conjunto com a Petrobrás, marcado para os dias 11 e 12 de março. É importante a participação dos trabalhadores nas discussões sobre terceirização e primeirização que estão sendo feitas nas bases, coordenadas pelos sindicatos. Sugestões e contribuições para o debate podem ser enviadas à FUP, através da Secretaria de Imprensa:

imprensa@fup.org.br

Recomposição do efetivo

Está agendado para quarta-feira (18/02), no Rio, a reunião da FUP e da regional Mauá do Sindipetro Unificado de São Paulo com a gerência da RECAP e o RH da Petrobrás para tratar da conclusão do estudo de efetivo realizado na refinaria. A empresa informou que definirá na próxima semana as unidades do refino e do E&P que darão início às próximas discussões de efetivo. A proposta da FUP é de que o estudo seja feito na RPBC (Cubatão) e na UN-RNCE. A Petrobrás até o momento não se posicionou quanto à unidade do refino, mas divergiu em relação ao E&P, propondo que o estudo seja realizado na UN-BSOL (Bacia do Solimões).

Calendário da FUP

Seminários FUP/Sindicatos

Terceirização - 03 e 04 de março;
PCAC - 05 e 06 de março

Seminários com a Petrobrás

PCAC - 09 e 10 de março;
Terceirização - 11 e 12 de março;
SMS - 12 e 13 de abril

X CONFUP - 18 a 20 de junho;

Plenária estatutante - 16 e 17/06

Especial SMS- 12/02/2004 - Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS www.fup.org.br Filiada à 

Av. Rio Branco, 133, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20040-060. Tel/Fax.: (21) 3852-5002. E-mail: imprensa@fup.org.br

Diretoria responsável pelo conteúdo deste informativo: Agnaldo, Caetano, Carrara, Caixeta, Clarckson, Gildásio, Hélio, Mauro, Pires, Radiovaldo, Silva, Silvio Sinedino, Zé Maria. Representantes dos Aposentados na FUP: Chicão & Macer. Jornalista: Alessandra Murteira - MTB 16763